15:09 82%

_ SIG _ Terrance Gaiesky _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Edu Lyra (quinzenal) _ Raysa Santana (quinzenal) _ Washington Oliveira (quinzenal)
_ TER _ Manuel Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Dalalata (quinzenal) _ QUI _ Manuel Pereira _ Nataly Gaspar
_ SEX _ Vera Magalhães _ Flávia Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB _ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Pablo Ortellado _ DOM _ Manuel Pereira _ Cornil Hanekim _ Bernardo Mello Franco

ELIO GASPARI

blogs.oglobo.globo.com/aprimeira editoria.artigos@oglobo.com.br

Sem metas, a Nova Indústria é velha

Faz tempo, quando o governo do presidente Ernesto Geisel divulgou seu Plano Nacional de Desenvolvimento, o professor Mário Henrique Simonsen, seu ministro da Fazenda, comentou:

— Não leio obras de ficção.

Quem as lê pode perder algum tempo com o programa Nova Indústria Brasil e suas "metas aspiracionais", com seis missões. Provável mesmo é que a Viúva colocará na mesa créditos de R$ 300 bilhões até 2026.

(Durante a fala de Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento e vice-presidente, a câmera percorreu parte da audiência, e pelo menos nove convidados — três dos quais colegas de ministério — liam papéis ou mensagens nos celulares.)

Louvem-se os autores. Eles chamaram as metas de "aspiracionais". Enunciaram desejos, em vez de cravar promessas. Na Missão 3 aspira-se a "reduzir em 20% o tempo de deslocamento de casa para o trabalho" (atualmente, esse tempo médio é de 4,8 horas semanais).

Na defesa dessa nova política industrial, os doutores repetiram que países como Coreia e Japão cresceram porque suas indústrias foram amparadas pelo governo. Deixando de lado o fato de lá empresários larápios irem para a cadeia e não receberem alívio do Supremo Tribunal Federal, essa é uma velha questão. No Japão e na Coreia havia metas, compromissos e penalizações. Quais serão as metas que as empresas se obrigam a cumprir com a Nova Indústria? Por enquanto, nem uma palavra.

Sabe-se que essas metas serão definidas daqui a 90 dias, mas poderão ser mudadas. Ou seja, as metas também serão "aspiracionais". Na reunião consumiram-se cerca de seis de seus 97 minutos em tediosas saudações. Nela, a única pessoa que associou explicitamente as aspirações a algum tipo de cobrança pelas "consequências do ato que estamos discutindo" foi Lula:

— O problema não termina aqui, ele começa aqui.

Aos 78 anos, Lula faz parte de uma geração única na História: financiou três polos de construção naval, cada um com resultados piores que o anterior. O primeiro veio com Juscelino Kubitschek; o segundo, com Geisel; e o terceiro, com Lula 1. Por enquanto, o quarto polo naval está fora das metas aspiracionais, mas ninguém perde por esperar.

O governo sabe propagar aspirações. Em janeiro de 2007, Lula anunciou seu primeiro Programa de Aceleração do Crescimento. Um ano depois, incluiu nele o Trem-Bala, que ligaria o Rio a São Paulo e Campinas. Deu no que deu.

Políticas industriais funcionam quando o governo obriga os empresários beneficiados a cumprir metas e não subverte as regras do jogo.

A primeira salva de palmas para o programa Nova Indústria partiu da Fiesp. Mau sinal. Em janeiro de 2020, o doutor Paulo Skaf, presidente da "poderosa", publicou um artigo intitulado "Muito prazer, somos a Fiesp". Seu recado era curto e grosso: "Apoiamos Bolsonaro, que pôs o país no rumo certo". Na reunião de segunda-feira, o representante da Confederação Nacional da Indústria informou:

— Estamos no caminho certo.

Apoiaram Bolsonaro e apoiarão todos os seus sucessores, desde que ofereçam bons créditos.

Como disse Lula ao encerrar sua fala, "que Deus nos abençoe e que a gente possa cumprir isso que a gente escreveu no papel".

BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo
X:@bernardomf
bmf@oglobo.com.br

Todos querem ser frente ampla

Frente ampla virou a expressão da moda na eleição de São Paulo. A ex-prefeita Marta Suplicy reivindicou o termo ao anunciar o apoio a Guilherme Boulos. Na segunda-feira, o governador Tarcísio de Freitas discordou. Disse que ampla mesmo é a frente do prefeito Ricardo Nunes.

A propaganda mastiga as palavras até esvaziar seu sentido. Na disputa paulistana, a ordem é dar verniz de nobreza à velha negociação de palanques.

Líder das pesquisas, Boulos mostrou força ao tirar Marta da gestão do rival. A ex-prefeita abandonou um cargo no governo para se juntar ao candidato da oposição. Daí a falar em frente ampla, é outra história. A chapa terá titular do PSOL e vice do PT. As siglas pertencem ao mesmo campo político e já são aliadas no plano federal.

Marta volta ao partido que deixou em 2015, alegando "princípios éticos inegociáveis". Agora deveria explicar se mudou de ideia ou negociou os princípios. De qualquer forma, não há razão para espanto. Ela já passou 33 anos no PT, uma eternidade para padrões brasileiros. Filiou-se em 1981, quando Boulos ainda nem havia nascido.

Ex-vice de Bruno Covas, Nunes herdou três anos e meio de mandato. Antes de se apresentar ao eleitor, cacifou-se como o candidato do sistema. É o preferido dos vereadores, dos empreiteiros, dos barões do transporte público.

No mês passado, presenteou as empresas de ônibus com um programa de tarifa zero aos domingos. A benesse não muda a vida dos trabalhadores, mas custará R$ 238 milhões por ano aos cofres municipais.

Filiado ao MDB, o prefeito já fechou com todos os partidos do Centrão: do Republicanos de Tarcísio ao PL de Jair Bolsonaro. O ex-presidente deve apoiá-lo por falta de alternativa, não por convicção. Seu pupilo Ricardo Salles fracassou na tentativa de se viabilizar na própria legenda.

A ideia de frente ampla pressupõe a união de adversários em nome de uma causa maior, como a defesa da democracia. Aconteceu em 1966, quando João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda venceram divergências históricas para combater a ditadura militar.

A aliança foi proibida em menos de dois anos. Durou pouco, mas rendeu frutos. Inspirou a campanha das Diretas, que ajudou a destronar os generais, e a união de Lula e Geraldo Alckmin, que tirou o capitão do poder.

ARTIGO

No rumo da neoindustrialização

JOSÉ LUIS GORDON
E UALLACE MOREIRA

O mundo vive um momento de corrida entre os países por fortalecimento do setor produtivo nacional, como reconhece o estudo "The return of industrial policy in data" (2024), do FMI. Diante disso, o governo do presidente Lula apresentou, como linha mestra para um setor produtivo mais competitivo, a neoindustrialização, estruturada em quatro eixos centrais na direção de uma indústria: 1) mais inovadora e digital; 2) mais verde; 3) mais exportadora; e 4) mais produtiva.

Na busca de uma indústria mais inovadora e digital (eixo 1), foram criadas linhas de fomento para inovação com a maior soma de recursos alocados da História do país: pelo menos R$ 60 bilhões — R$ 40 bilhões de financiamento à Taxa de Referência (TR) (BNDES e Finep) e R$ 20 bilhões de recursos não reembolsáveis (FNDCT/Finep). O Novo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis), com recursos estimados em R$ 2,8 bilhões, constitui-se como ação estratégica que contempla a inovação e a sustentabilidade, pois estimula maior investimento nos setores de semicondutores e fotovoltaico.

No segundo eixo, voltado para o estímulo a uma indústria mais verde, merece destaque a criação do Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover). Ele coloca o Brasil como primeiro país no mundo a incorporar a métrica de descarbonização do poço à roda, do tanque à roda e do berço ao túmulo, dialogando diretamente com o Projeto de Lei do Combustível do Futuro. No âmbito do Mover criou-se também o Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT), com recursos não reembolsáveis, voltado para pesquisa e desenvolvimento. Outra iniciativa fundamental é a criação do novo Fundo Clima, que poderá articular os objetivos da transformação ecológica e da neoindustrialização.

No eixo da exportação, é fundamental impulsionar e proporcionar uma melhora na qualidade da pauta exportadora brasileira, com produtos mais intensivos em tecnologia. Uma dessas medidas foi a redução do *spread* nas operações de apoio à exportação na modalidade de pré-embarque pelo BNDES, que superou em 2023 o volume combinado dos quatro anos anteriores. Uma ação estratégica para potencializar os mecanismos de apoio à exportação deverá ser alcançada com a aprovação do Projeto de Lei 5.719/23, que cria o Eximbank Brasil e o novo marco de exportação de serviços.

O eixo 4 está relacionado ao aumento da produtividade da indústria nacional em bases mais sustentáveis e digitais. Uma das iniciativas mais importantes nessa direção é o Novo Brasil Mais Produtivo, com ênfase na digitalização de mais de 90 mil pequenas empresas. Para além desses programas que envolvem linhas de crédito, é importante mencionar ações estratégicas para promover maior produtividade e competitividade, como o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), com incentivos de R$ 1,5 bilhão para reduzir custo para a indústria química, assim como o Programa de Depreciação Superacelerada, para estimular maior investimento na renovação do parque industrial brasileiro, inicialmente com valor de R$ 3,5 bilhões.

> ***É fundamental impulsionar e proporcionar uma melhora na qualidade da pauta exportadora brasileira***

Para esses quatro eixos, o governo federal lançou o Plano Mais Produção (P+P), que disponibilizará crédito com diferentes taxas de juros, recursos não reembolsáveis e instrumentos de mercado de capitais. Com o programa, o setor produtivo terá pelo menos R$ 300 bilhões, em quatro anos (2023 a 2026), e uma grande variedade de instrumentos financeiros para avançar efetivamente na neoindustrialização.

A elaboração de uma nova política industrial orientada por missões representa um avanço de formulação que conecta instrumentos, programas, instituições e atores em torno de um conjunto claro de desafios. As medidas mencionadas vêm sendo implementadas e contribuindo para um setor produtivo no rumo da Nova Indústria Brasil: mais inovadora e digital, mais verde, mais exportadora e mais produtiva.

José Luis Gordon é diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do BNDES. **Uallace Moreira** é secretário de desenvolvimento industrial, inovação, comércio e serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços